

TE POLITICAS
ADE PUBLICAS
E SOCIOLOGIA
URA CIDADDE
CA EDUCACÃO
VERO TRABALHO
ERICA LATINI
ANCIPACAO
DIA ESCOLA
RUAS
CIDADANIA
IREITOS
SMO HUMANOS

PENSAMENTOS INQUIETOS

ORGANIZADORES: PAULO PEIXOTO DE
ALBUQUERQUE E THIAGO VIEIRA PIRES



CASA LEIRIA

Paulo Peixoto de Albuquerque
Thiago Vieira Pires
(Organizadores)

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTOS INQUIETOS

Casa Leiria
2018

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTOS INQUIETOS

Organizadores: Paulo Peixoto de Albuquerque e Thiago Vieira Pires.

Diagramação: Casa Leiria.

Capa: Marcelo Spillari Viola.

Revisão: Eliana Rose Müller.

Os textos e as imagens são de responsabilidade dos autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

S678 Sociologia da educação: pensamentos inquietos [recurso eletrônico]. / organização de Paulo Peixoto de Albuquerque, Thiago Vieira Pires. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

ISBN 978-85-9509-035-4

1. Sociologia da educação. 2. Sociologia educacional. 3. Educação – Aspectos sociais. I. Albuquerque, Paulo Peixoto de (Org.). II. Pires, Thiago Vieira (Org.).

CDU 37.013.42.

Catálogo na publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

CAPÍTULO 5

Trabalho e Liberdade: Uma Convocação à Reflexão

*Paulo Peixoto de Albuquerque
Simone Silva Alves*

O homem nasceu para a felicidade e para a liberdade, entretanto é escravo e infeliz. A sociedade tem como objetivo a conservação dos seus direitos e o aperfeiçoamento do seu ser e, em todos os lugares a sociedade o degrada e o oprime. Chegou o momento de lembrá-la dos seus verdadeiros destinos: o progresso da razão humana prepararam a esta grande Revolução e é sobre vocês que é imposto o dever de acelerá-la. Até agora a arte de governar resumiu-se à arte de explorar e de submeter a maioria em proveito da minoria. Reis e aristocratas defenderam bem seus interesses. Cabe a vocês mudar a situação. Isso é, fazer os homens felizes e livres através das leis (ROBESPIERRE, 1965, p. 16).

E o trabalho é uma atividade:

Mediadora que consiste em produzir e adquirir meios particularizados apropriados a carecimentos igualmente particularizados. Pelo trabalho, o homem diferencia, por meio de procedimentos variados, o material que a natureza lhe oferece imediatamente para adaptá-los a fins múltiplos. Esta transformação efetuada pelo trabalho dá ao meio o seu valor e sua utilidade, de modo que o homem utiliza essencialmente para seu consumo os produtos do trabalho humano e dos esforços humanos (HEGEL, 1982, p. 223).

Iniciamos a reflexão a partir destes dois fragmentos, pois eles traduzem os significados que, de certo modo, marcaram a ambiguidade moderna naqueles elementos de fé na racionalidade, na ciência. São eles que sustentaram a crença modernista da mudança permanente e no desenvolvimento contínuo e progressivo das forças produtivas, ca-

bendo às empresas, às escolas e universidades fornecerem os processos socializadores e os códigos legitimadores pelos quais se continuará a compreender o fazer e a produzir o que se faz.

Este modo de compreender o trabalho (fazer e produzir) continua o mesmo e é legitimado a partir de um modelo de cultura e civilização (GIROUX, 1993). São mudanças que redefinem as relações de produção e tornam presentes a interdependência crescente das esferas econômica, política e cultural dentro das organizações (empresas). Com efeito, essas mudanças do processo produtivo se objetivam, no interior das empresas, em níveis e registros diferentes e concorrem para que este processo modernizado nas empresas seja entendido apenas como uma questão de desempenho técnico.

Entendemos que a realidade do mundo do trabalho, nos seus aspectos materiais e imateriais, apresenta-se de modo plural, podendo ser incompreendida em função dos pressupostos ideológicos de quem analisa, até porque a maneira pela qual as pessoas trabalham entendem e escapam do real, designando claramente a sua realidade utópica.

A dificuldade de entendimento desse processo, a nosso ver, dá-se pelo fato do trabalho ser analisado apenas a partir da sua perspectiva economicista, que destaca e põe em evidência a dimensão utilitária a qual salienta os aspectos financeiros e/ou técnicos, percebendo o processo de trabalho como um agenciamento (práticas) capaz de recolocar o aparelho produtivo (as empresas) no sistema econômico mais global. No entanto, na perspectiva sociopolítica, esse processo é entendido apenas como um conjunto de ações apelando à variável do racionalismo que traduz a substituição dos homens pelas máquinas.

Nossa hipótese de trabalho parte da seguinte constatação: o trabalho, enquanto processo coletivo, engendra espaços para relações sociais emancipadas e autônomas dos sujeitos sociais, na medida em que constrói outra agenda social (inclusão, sociabilidades plurais) centrada e/ou fundada na liberdade que possibilita outras formas de participação social e do controle social.

Sendo assim, faz-se necessário explicitar os constructos teóricos do trabalho que permitem compreender, no espaço

de construção social complexo, a coexistência de realidades não lineares e paradoxais, identificando quais são as que podem ser percebidas de modo totalmente diferente.

Sabemos que o conceito de trabalho não é homogêneo, podendo ser incompreendido em função dos pressupostos ideológicos de quem analisa.

Por isso, este artigo, caracterizado como teórico e exploratório, parte do pensamento de Karl Marx e de Hannah Arendt como estratégia heurística para propor uma reflexão sobre o conceito de trabalho. Pretende-se, ao relacioná-los, avançar no sentido de um maior entendimento do conceito de trabalho que precisa ser ressignificado a partir do que pode ser liberdade em um mundo globalizado.

Tal fato se deve, principalmente, porque a partir do crescimento da internacionalização da economia se percebe um duplo movimento: de um lado intensificou-se a reorganização dos fatores produtivos e os modos de gestão empresarial com a finalidade de compatibilizar a organização com padrões internacionais de qualidade e produtividade, e, de outro, perdeu-se a capacidade do “pensar sem corrimão”, isto é, do pensar livre que pouco pode fazer frente ao fundamentalismo economicista.

Fundamentalismo que se materializa no modo como as organizações adotam novas formas de gestão de trabalho, nos seus produtos e nos seus processos de produção, inovando na preocupação de se ajustar com as exigências mundiais. É lógico pensar que o uso da tecnologia tem significativas implicações nos processos de trabalho e condicionam o modo como cada um pensa e entende o trabalho.

A maneira pela qual as pessoas compreendem o trabalho designa claramente a sua realidade utópica

Marx caracteriza o trabalho como a interação do Homem com o mundo natural, isto é, o trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades. Nesse processo, a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas” (MARX, 1985, p. 153).

Os meios de produção constituem-se dos objetos e dos meios de trabalho através dos quais o trabalho se exerce (ferramentas e máquinas). Esses resultam de processos de trabalho anteriores, e seu caráter está relacionado ao grau de desenvolvimento do trabalho e às relações sociais.

Na Ideologia alemã, Marx e Engels (2002) sinalizam que o trabalho é o conjunto de processos em que o homem, por sua ação, media, regula e controla a Natureza, ou seja, o trabalho se apresenta como algo construído e não dado aprioristicamente, pois é o primeiro ato histórico de produção dos meios que permitem a satisfação destas necessidades (comer, beber, vestir-se), a produção da vida material.

Para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje, como há milhões de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX; ENGELS, 2002, p. 21).

Segundo Marx e Engels (2002), ao produzirem os seus meios de subsistência os indivíduos contraem determinadas relações sociais, independentes de suas vontades. Ou seja, os *homos*¹ são dependentes das condições materiais da sua produção. Nesse ponto de vista, os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que as ideias são consequências da realidade (MARX, 2007).

Por isso, devemos entender que trabalho, em Marx, não pode ser analisado somente segundo aspectos técnicos, por seu conteúdo material, mas deve ser analisado segundo sua forma sócio-histórica; deve ser analisado sob o aspecto social, junto com a forma valor, pois ele é a substância do valor enquanto forma social do produto do trabalho.

Trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer nas condições dadas de produção socialmente normais, e

1 Utilizaremos este termo *homo(s)*, ao longo de nosso estudo, para referir ao ser humano genérico, na intenção de não subsumir nele o gênero feminino.

com o grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho (MARX, 1985, p. 48).

A crítica à economia política feita por Marx apresenta o trabalho enquanto processo e como condição natural da vida que não pode ser independente das organizações sociais, pois este processo de domínio do homem sobre a natureza é um processo que deixa de ser um processo individual para ser um processo social de produção (coletivo).

É importante destacar esses elementos, porque, em Marx, a análise do processo de trabalho a partir dos seus elementos simples ou abstratos (atividade orientada para um fim, objeto de trabalho e instrumentos de trabalho) não se esteriliza, uma vez que vincula o resultado da produção àquilo que é proposto na sociedade capitalista: o objetivo final passa a ser a produção de valores de troca (reprodução e valorização do capital).

Se nas sociedades sem classes o homem estava organicamente ligado à natureza e a sua produção voltada diretamente à satisfação das necessidades da comunidade – valores de uso – agora, na sociedade capitalista, o objetivo passa a ser a produção e os valores de troca.

A liberdade nas sociedades capitalistas pressupõe algumas condições históricas: um trabalhador livre para trocar sua força de trabalho por dinheiro e a separação do homem dos meios necessários para a sua reprodução material.

Marx (1985) revela que, na sociedade capitalista, a liberdade não é apenas positiva, mas também negativa. Trata-se de uma liberdade contraditória, na qual os indivíduos aparecem como livres e não livres ao mesmo tempo.

Desta maneira, no capitalismo, o trabalhador é reduzido a mero produtor de valor de troca, o que implica a negação de sua existência natural, ou seja, significa afirmar que o trabalhador e, conseqüentemente, a sua produção estão determinados totalmente pela sociedade.

Reiterando, o conceito de trabalho, na perspectiva marxista, está subordinado ao sistema capitalista e ao propósito de reproduzir e expandir o domínio material e político da classe capitalista. Nessas condições, a maioria da população está separada dos meios de produção e de subsistência e, por conseguinte, sua única maneira de ingresso ou integração social é o trabalho assalariado.

Com diz Marx, é:

Tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana, quanto um processo que se desenvolve através de relações específicas, histórico-econômicas, de produção, o conjunto dessas mesmas relações de produção e, portanto, o processo que produz e reproduz os expoentes deste processo, suas condições materiais de existência e suas mútuas relações, isto é, sua forma econômica determinada de sociedade (MARX apud RUBIN, 1980, p. 27).

Assim, o trabalho, enquanto categoria social no capitalismo, assume certas equivalências que dão a impressão de que ele só se torna social quando é possível a troca. Dito de outro modo: torna-se social apenas quando os produtos do trabalho assumem materialmente a sua forma de mercadoria.

O fetichismo da mercadoria significa que este caráter social do trabalho não é transparente e o trabalho não é percebido como social, porque é produzido não para o consumo individual do seu produtor para a venda, é produzido para outros e é na troca que o valor se manifesta.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como característica objetivadas nos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, [...] como uma relação social existente fora deles (MARX, 1985, p. 71).

Entretanto, para Marx, o trabalho não é só aquela atividade que favorece a transformação da natureza, mas uma atividade previamente idealizada que promove a transformação do próprio homem.

Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que, já do início deste, existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p. 149-150)

Entendemos que os animais também promovem a transformação da natureza para satisfazer suas necessidades, mas o homem transforma a natureza para satisfazer necessidades socialmente determinadas e de forma previamente idealizada. A práxis dos seres humanos é previamente determinada, de forma consciente; é exatamente isso que diferencia a práxis humana.

Nesse sentido, a vida social, política e intelectual é condicionada pelo modo de produção da vida material, da mesma forma a consciência do homem é determinada pelo seu ser social, pela forma de organização social na qual o indivíduo vive. Assim, o mundo, no qual o homem vive, é um produto histórico mediado pelo trabalho.

Na radicalidade do pensar, o trabalho, o componente de liberdade da condição humana emerge...

Privilegiando o trabalho como atividade pública, plural e autônoma de deliberação e de iniciativa Hannah Arendt (2007), concorre para a distinção entre trabalho (*labor*), obra (*work*) e ação (*action*) a partir de uma variável: o tempo, isto é, da durabilidade dessas diferentes atividades humanas.

Arendt (2007) faz uma distinção entre três atividades humanas fundamentais: trabalho, fabricação e ação; a estas três atividades correspondem três condições humanas: estar vivo, pertencer ao mundo (mundanidade) e pluralidade. Considera ainda uma distinção entre duas esferas da vida humana: a esfera privada (correspondem a este espaço as atividades do trabalho e da obra) e a esfera pública (corresponde a este espaço a atividade da ação).

O trabalho que tem por equivalente – *labor, arbeit, travail* – é considerado como sendo:

A atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metodabolismo, e eventual declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas pelo trabalho para alimentar o processo da vida. A condição humana do trabalho é a própria vida (ARENDR, 2007, p. 9).

Trata-se, portanto, de uma atividade cuja única finalidade é satisfazer as necessidades básicas da vida e que não deixa nenhuma marca durável, uma vez que o seu resulta-

do desaparece com o consumo. Ao contrário, a obra ou a fabricação (*work, wek* ou *das Herstellen, l'oeuvre, l'oeuvrer*) é a atividade que corresponde à não naturalidade (ao artificialismo) da existência humana, que não está incrustada no ciclo da vida preocupado apenas pela sobrevivência a curto prazo.

O trabalho é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras, habita cada vida individual, embora a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição do trabalho é a mundalidade (ARENDE, 2007, p. 15).

Trabalho para Hannah Arendt (2007) é uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado – um objeto durável – que não é consumido imediatamente, mas é utilizado para fins que não propriamente os da vida biológica. Desta maneira, a distinção entre trabalho e obra assinala uma diferença fundamental entre uma atividade que corresponde ao processo criativo humano ou uma atividade ligada à necessidade vital e à produção de bens de consumo.

Destarte, a atividade se caracteriza pela natureza transitória das coisas produzidas em função da subsistência, enquanto que aquela (de fabricação de objetos de uso) aponta para uma atividade que se constitui no reino do durável: da cultura.

E é justamente a ausência desta distinção entre trabalho e obra em Marx que permite, a partir da perspectiva Arendtiana, ressignificar o conceito de trabalho.

O trabalho produz um mundo artificial de coisas nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural e é esta condição (humana) do trabalho – ser mundano – que transcende a todas atividades individuais na medida em que passa a ser desenvolvido na pluralidade (por homens); daí a sua relação política.

Nesse sentido, a concepção de trabalho Arendtiana passa a ser fundamental para entender de que forma trabalho e liberdade se articulam. Ao diferenciar-se de labor (na

qual o homem está sujeito aos processos da vida diária e fixamente tomado por eles e determinado pelos instrumentos e ferramentas que emprega) e trabalho enquanto processo de uma coletividade na qual os instrumentos podem assumir um caráter e uma função mais do que meramente instrumental, emerge a noção de liberdade a ser exercida no espaço público (das trocas) que exige e possibilita a criatividade.

Algumas considerações finais...

Concluimos que, ao apresentar e resgatar o conceito de trabalho, não estamos correlacionando-o ao poder subordinador do capital. Ao contrário, pensamos trabalho como processo coletivo.

Entendemos que a implementação do movimento econômico-político-ideológico neoliberal tem como orientação uma concepção de trabalho limitada e restrita à disciplina ao treino e à preparação para o mercado de trabalho, objetivando apenas a garantia de um nível mais elevado de empregabilidade².

Dessa forma, nossa finalidade é correlacionar a atividade de trabalho à liberdade e à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde se priorize o reconhecimento individual e coletivo das pessoas na busca da clareza conceitual, necessária para não cairmos nas armadilhas organizadas pelo capital.

Assim, o que é paradoxal, quando se analisa o fenômeno social trabalho, é o fato de que apenas os jovens se reconhecem “livres” e que o trabalho, enquanto espaço social de materialização de modos de ser, apresenta-se como uma ficção.

Ficção porque a noção de indivíduo, que não deveria ser apenas um lastro, mas um ponto de partida, é muitas vezes a linha de chegada para explicar a percepção de um processo que é plural e coletivo (cidadão).

A apropriação da ideia de liberdade feita pelo capitalismo e pela cultura do consumo concorre para o fato da liberdade ter por equivalência a escolha entre opções disponíveis, isto é, opções disponíveis no mercado. E que somente

2 Conceito do Consenso de Washington.

as escolhas realizadas e consumidas atestam estilos de vida do indivíduo que por esse meio evidencia a sua liberdade.

Esta concepção de liberdade individual, como exercício da escolha, promove a despolitização do conceito de liberdade e do trabalho enquanto processo plural.

Ausência ou perda da consciência dos fatos políticos tem a ver com a desvinculação do ato com questões coletivas que ultrapassam o indivíduo que, naquele momento, realiza a sua escolha.

A valorização da liberdade individual (liberal) tira o problema do campo político, do embate de posições conflituosas e da luta por questões coletivas, restringindo-a à redoma da vida privada em que o isolamento dos indivíduos oferece uma sensação enganosa de segurança.

Ao abrir mão da esfera pública, discussão, conflito, disputas, perde-se a possibilidade de materializar a liberdade proposta no trabalho consciente e criativo que transforma o mundo, não de forma instrumental, mas através de processos regulatórios (leis, políticas públicas) e por isso mesmo mais democráticos.

Nesse sentido, trabalho e liberdade não são apenas inflexões possíveis, mas correlações necessárias para que um outro sentido de liberdade, diferente da liberdade como escolha individual.

É a noção de liberdade junto com o trabalho que introduz a noção de possibilidade objetiva, onde o possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é, sobretudo, alguma coisa inscrita no coração das pessoas.

Mesmo porque como diz o poeta:

"A gente não quer só comida; A gente quer comida
Diversão e arte; A gente quer a vida; Como a vida
quer..." Titãs.

Referências

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ENGELS, F. O papel desempenhado pelo trabalho na transição do macaco ao homem. In: Marx K.; Engels, F. **Obras Escolhidas**. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega,

- GIROUX, Henry A. O Pós-Modernismo e o Discurso da Crítica Educacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria Educacional crítica em tempos modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- HEGEL, Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito (1821). In: **Princípios da filosofia do direito ou direito natural e ciência do Estado**. Tradução francesa de R. Derathé. Paris: Vrin, 1982, p. 223.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v. 1, t. 1. São Paulo: Abril cultural, 1985. (Os economistas).
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROBESPIERRE, Maximilien. Discurso na Convenção de 10.05.1793. In: ROBESPIERRE, Maximilien. **1965 Discours e rapports à la convention**. Paris, UGE 1-18.
- RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.